

DO SONHO À REALIDADE
(A propósito do 33º aniversário da PUCAMP)

Odilon Nogueira de Matos

Campinas foi uma das primeiras — talvez mesmo a primeira — cidade não capital, no Brasil, a pensar em ensino universitário. A tradição cultural da cidade justificava tal empreendimento, pois diversas entidades culturais, algumas vindas do século passado, e todas de projeção nacional e algumas até internacional, propiciava a existência de um ambiente favorável ao estabelecimentos de escolas superiores e até mesmo de uma universidade: o Ginásio do Estado (herdeiro do antigo “Culto à Ciência”, cujo nome, restabelecido, lhe foi dado de novo, em lembrança do primeiro estabelecimento, fundado em 1873), a Escola Normal, os seminários (católico e presbiteriano), o Instituto Agrônômico, e diversos outros estabelecimentos particulares, uns leigos outros religiosos, que atraíam estudantes de vários pontos do País e assinalaram de maneira marcante o panorama cultural de Campinas.

Isto, aliás, era sentido desde o começo do século, quando elementos do Ginásio do Estado e do Instituto Agrônômico congregaram-se para a fundação do **Centro de Ciências, Letras e Artes**, que larga repercussão alcançou em todo o País e mesmo no exterior, e cuja revista que durante mais de meio século circulou regularmente, inscreveu definitivamente o nome de Campinas na bibliografia cultural brasileira. Igualmente, embora em proporção menor, o **Centro de Cultura Intelectual**, que durante muitos marcou a vida campinense com importantes sessões de conferências, debates, estudos, sobre temas culturais bastante significativos.

Com estes antecedentes, que tornavam Campinas uma das cidades mais cultas do Brasil, superior mesmo a muitas capitais, não era de estranhar se pensasse também no ensino de nível superior, outrora representado apenas por uma escola de farmácia e odontologia e pelos seminários já mencionados. Agora, era a vez das Faculdades de Filosofia e foi para este setor que se congregaram os esforços do Bispo Diocesano, D. Francisco de Campos Barreto e do Monsenhor Emílio José Salim, este já com uma bela folha de serviços ao ensino, como diretor de um dos mais importantes colégios da cidade, o Ginásio Diocesano Santa Maria, transformado no atual Colégio Pio XII, integrante da Universidade como ginásio de aplicação.

Da idéia à realização, foi um passo. Aos 20 de maio de 1941, “solicitado por motivos de ordem profissional e cultural que reclamavam pressurosamente suas providências”, decidiu-se o saudoso antístete a constituir a **Sociedade Campineira de Educação e Instrução**, tendo por finalidade manter e administrar os estabelecimentos de ensino já existentes e de propriedade da Diocese (o Ginásio Santa Maria e a Academia de Comércio São Luís), e “fundar, administrar e dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Educação, a Faculdade de Ciências Econômicas e mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica em Campinas”.

No mesmo ano de 1941 eram criadas as unidades previstas na resolução de D. Francisco de Campos Barreto, postas a funcionar logo no início do ano letivo de 1942, especialmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo da futura Universidade, ideal durante tanto tempo acalentado por D. Barreto, que, infelizmente, não chegou a vê-lo concretizado, pois falecera seis meses antes, aos 22 de agosto de 1941.

Nascido em Campinas a 28 de março de 1877, ordenou-se Francisco de Campos Barreto em 1900. Foi vigário na antiga Vila Americana (a atual cidade de Americana), passando, depois, para a Paróquia de Santa Cruz (a atual Basílica de Nossa Senhora do Carmo), donde saiu para o episcopado. Sagrado em 1911, coube-lhe instalar a diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1920, quando foi removido para a diocese de Campinas, vaga com a morte de D. João Nery. Foi, assim, D. Francisco de Campos Barreto o segundo bispo da diocese campinense, dirigindo-a até o seu falecimento, em agosto de 1941. A D. Paulo de Tarso Campos, nomeado sucessor de D. Francisco e empossado a 1º de março de 1942, coube, pois, a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em sessão solene de 15 de março de 1942. A D. Paulo coube, efetivamente, não só levar avante a idéia de seu antecessor, como, ainda, nos muitos anos em que esteve à frente da diocese, revelou sempre profunda compreensão dos problemas de uma faculdade católica, especialmente tendo em vista que o desejo de todos era que ela se constituísse — como de fato veio a se constituir — no germe de uma Universidade.

Não foi sem propósito que a Igreja se interessou, a partir de 1934, pela criação de faculdades isoladas ou mesmo universidades. Tinha a Igreja, como é sabido, uma longa tradição de serviços à causa do ensino de humanidades, que vinha dos tempos coloniais. Inúmeras ordens ou congregações religiosas consagraram-se de corpo e alma à causa da instrução, fundando, mantendo e dirigindo colégios em todo o País, quase todos alcançando excelente renome. Mais ainda: em muitas regiões, foi a Igreja a única a preocupar-se com o ensino, suprimindo as falhas de uma atividade que, em princípio, deveria caber ao Estado. Era natural, portanto, que, com o tempo, a Igreja lançasse as vistas para o ensino de nível superior,

fora dos institutos de formação teológica, pois estes, obviamente, a Igreja sempre os teve. As Faculdades de Filosofia, tais como foram estruturadas e como vinham se desenvolvendo, pareceu à Igreja Católica um campo magnífico para suas atividades culturais, especialmente se se considerar o que ela poderia fazer na área das ciências humanas, dentro de uma conotação católica. Como era natural, cadeiras ou cursos de Cultura Religiosa e de História da Igreja foram incorporados aos currículos exigidos oficialmente, pois através deles, a Igreja fazia-se presente nas atividades didáticas. Assim, as primeiras **Faculdades Campineiras** (como de início se denominavam) representam um pioneirismo de que Campinas deveria sempre se orgulhar, pois com ele estava dado o ponto de partida para que nossa terra viesse a ser a primeira cidade de interior, no Brasil, a ser dotada de uma Universidade.

Dentre os múltiplos problemas decorrentes da instalação de um instituto universitário, o primeiro e naturalmente o de maior responsabilidade, é a constituição de um corpo docente especializado, especialmente se considerarmos que, no caso campineiro, muitas matérias seriam pela primeira vez lecionadas em nível superior. Se a própria capital paulista oito anos antes, e a própria capital da República apenas dois anos antes, lutaram com esse problema com relação às ruas Faculdades de Filosofia, que não dizer-se de uma cidade de interior, que, embora de tradição cultural acentuada, não poderia, é óbvio, ombrear-se, em matérias de recursos humanos, com as grandes capitais? Onde buscar professores para a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras? Como evitar, sem ferir suscetibilidades, o caráter de improvisação que marcou o destino de numerosos institutos similares no Brasil?

Ao saudoso Monsenhor Emílio José Salim, encarregado da organização e direção da nova Faculdade, coube a enorme responsabilidade de escolher os que deveriam constituir seu corpo docente. As fontes de que poderia valer-se não eram muitas: a Universidade de São Paulo, a própria Igreja e o tradicional Ginásio do Estado de Campinas, onde sempre existiu núcleo assás valioso de professores de alto nível que honrariam a cátedra universitária de qualquer país.

A Universidade de São Paulo, embora nova, pois não tinha ainda completado seu primeiro decênio e estava apenas com meia dúzia de turmas diplomadas, possuía já número apreciável de licenciados interessados em prosseguir na carreira universitária e para os quais o exercício docente numa faculdade recém-criada constituiria excelente credencial para suas próprias carreiras. O mesmo acontecera com a Universidade paulista menos de dez anos antes: quantos jovens professores franceses, no início da carreira, alguns simples assistentes de universidades, dispuseram-se a vir para o Brasil trabalhar numa seara nova, incutir o entusiasmo de que os jovens necessitavam, e todos eles fizeram de sua permanência em São Paulo

verdadeiras bases para suas futuras carreiras na Europa. Muito criticou a imprensa da época o contrato desses professores franceses; alegava-se que eram jovens demais, muitos deles mais moços que os alunos aos quais deveriam lecionar. Pois foi esta geração nova de professores franceses — e não os mestres já consagrados, que alguns também vieram — que produziram os grandes frutos que assinalaram de maneira marcante a vida cultural de São Paulo. Sem falar que muitos deles permaneceram muito tempo no Brasil, tornando-se grandes especialistas em assuntos brasileiros e outros, ainda, escolheram temas brasileiros para seus trabalhos de grau na carreira universitária. Assim, o apelo à Universidade de São Paulo e a outros institutos de ensino superior da Capital, à Igreja e ao Ginásio do Estado, foi a solução encontrada para reunir o grupo de pioneiros que, em março de 1942, tornou possível a realização da primitiva Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

Estava dada a partida para a carreira gloriosa de uma das maiores universidades do País. Ao núcleo original constituído pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com seu amplo leque de mais de dez cursos, foram acrescentadas, com o tempo, diversas outras unidades, como a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Biblioteconomia, o Conservatório de Canto Orfeônico, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Enfermagem, a Faculdade de Direito... Esta carreira gloriosa consta, na realidade, de duas etapas: a primeira, até 1955, quando as antigas “Faculdades Campineiras” se transformaram em Universidade; a segunda, de então para cá, já sob a égide universitária. Já foi lembrado que, ao criar as primeiras faculdades, em 1941, D. Francisco de Campos Barreto pensava em termos de universidade quando determinou que a Sociedade Campineira de Educação e Instrução tivesse por objetivo fundar, manter e dirigir as faculdades então criadas e “mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica”.

Menos de quinze anos decorreu para que seu sonho se transformasse em realidade. Visitando Campinas em 1955, o Exmo. Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi sentiu a pujança das Faculdades Campineiras, então agregadas à Universidade Católica de São Paulo. Conversando demoradamente com o então Bispo Diocesano, D. Paulo de Tarso Campos, e com o diretor das Faculdades, Monsenhor Emílio José Salim, aconselhou-os a que pensassem seriamente na constituição de uma Universidade. As faculdades já se contavam em número suficiente para as exigências oficiais que regulavam a matéria; suas perspectivas eram as melhores possíveis; tudo indicava pleno desenvolvimento, acompanhando, aliás, o desenvolvimento da própria cidade, que entrou, a partir da Segunda Guerra Mundial, num irreversível processo de crescimento, sensível não apenas no aumento da população, mas especialmente na ampliação da área urbana, com o surgimento de numerosos bairros novos, do mais diversificado nível,

levando para muito longe os limites da cidade de quinze anos antes. De cidade fechada, ensimesmada na sua origem aristocrática dos grandes fazendeiros, tronou-se Campinas, com o surto industrial, uma cidade aberta, cosmopolita, com sua morfologia totalmente alterada face aos novos contingentes de vários Estados do Brasil e de países do mundo que vieram aumentar consideravelmente sua população. Barreiras foram sendo demolidas e a velha aristocracia rural cedeu lugar a uma burguesia ascendente, cada vez mais cônica de seu papel e de suas responsabilidades e na qual, os nomes tipicamente campineiros ou paulistas de velha estirpe vão cedendo lugar aos sobrenomes estrangeiros da mais variada procedência.

Estes contingentes estrangeiros sempre foram bem aceitos pela população, embora esta guardasse, por algum tempo, certo sentido discriminatório, levando os estrangeiros a se organizarem em associações particulares (culturais, recreativas ou beneficentes) exclusivas, e, de seu lado, também discriminatórias. Com o tempo, porém, as linhas de separação foram se diluindo e praticamente desapareceram com os problemas surgidos após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, nos postos-chaves da cidade, quer na economia, na sociedade ou cultura, torna-se cada vez mais difícil encontrar-se um nome tipicamente campineiro e, por outro lado, ninguém mais indaga da procedência ou origem de quem quer que seja, pois todos se integraram na vida da cidade. Todos, atualmente, são campineiros, de nascimento ou de adoção. Que ocasião mais propícia a que Campinas se tornasse a primeira cidade de interior do Brasil a ter uma Universidade? O eminente Nuncio Apostólico sentiu o problema e percebeu o que dele poderia derivar, quando sugeriu que as Faculdades Campineiras se transformassem em Universidade.

E se bem se pensou, melhor se fez. A 15 de junho de 1955 foi criada a **Universidade Católica de Campinas**. Constituíam-na as seguintes unidades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Direito, como "incorporadas"; e como "agregadas", as de Serviço Social e de Enfermagem. Note-se que, com a criação de nossa Universidade, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas, que haviam sido agregadas à Universidade Católica de São Paulo, desvincularam-se dela e passaram a integrar a nova Universidade. Decreto presidencial nº 38.327, de 19 de dezembro daquele mesmo ano de 1955, reconheceu oficialmente a Universidade Católica de Campinas, concedendo-lhe a prerrogativa de "universidade livre e equiparada". Sua instalação solene ocorreu no dia 14 de março de 1956, no Teatro Municipal, solenidade a que compareceram o Dr. Clovis Salgado, então Ministro da Educação e mais três antigos titulares dessa pasta: os Drs. Ernesto de Souza Campos (aliás, campineiro de nascimento), Cândido Mota Filho e Pedro Calmon, além de diversas autoridades eclesiásticas, civis e militares, destacando-se, dentre as primeiras, a presença de D. Armando

Lombardi, o já mencionado Núncio Apostólico, inspirador da idéia da pronta criação da Universidade, e a de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então eminente Cardeal de São Paulo.

No mesmo ato de instalação da Universidade, o Núncio Apostólico comunicou publicamente a nomeação do vice-reitor Monsenhor Agnello Rossi para a diocese de Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro. Era a primeira figura de nossa Universidade a receber honras episcopais. Dois outros — os Cônegos Tomás Vaquero e Amaury Castanho — receberiam posteriormente idêntica distinção, ocupando atualmente as dioceses de São João da Boa Vista, em São Paulo, e Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Quanto a D. Agnello Rossi, realizou belíssima carreira eclesiástica, fazendo jús à púrpura cardinalícia, depois de ter sido bispo de Barra do Pirai e de Ribeirão Preto. Nomeado, depois, para São Paulo, acabou levado ao Vaticano, onde ocupa um dos cargos de maior projeção na hierarquia da Igreja Católica.

Por decreto da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Estudos da Santa Sé, de 7 de setembro de 1956, a Universidade campineira foi erigida canonicamente em “Universidade Católica”. Por decreto dessa mesma Congregação, foram nomeados a 2 de outubro de 1957 Grão-Chanceler da Universidade o Senhor Arcebispo Metropolitano de Campinas e a 8 do mesmo mês e ano, Reitor o Monsenhor Emílio José Salim. Em 1958 foi a Universidade admitida na Federação das Universidades Católicas, sediada em Roma. Em fins de 1972, por ato de Sua Santidade o Papa Paulo VI, a Universidade Católica de Campinas foi galardoada com o honroso título de **Pontifícia**, suma distinção que, antes, havia sido outorgada apenas a três outras universidades católicas do Brasil, a saber as do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, e que, mesmo agora, quinze anos depois, só foi atribuída a mais uma ou duas.

A crônica do que ocorreu nos trinta e três anos que nos separaram do importante evento de 1955 precisará, um dia, ser registrada e escrita, para que se não perca a sua memória. Dados estatísticos — se fosse esta a oportunidade de exibí-los — nos mostrariam ser hoje nossa Universidade uma das maiores do país. Abrigando oito institutos e onze faculdades, num total de trinta e cinco cursos de graduação e mais dez de pós-graduação, conta a Universidade, aproximadamente, com vinte e quatro mil alunos, mil e oitocentos professores e mil e quinhentos funcionários. A velha sede da rua Marechal Deodoro — o venerando solar dos Barões de Itapura —, que abrigou as antigas “Faculdades Campineiras” e a própria Universidade nos seus primeiros dezoito anos, tornou-se insuficiente e inadequada para o funcionamento de uma instituição que desejava crescer e a nossa mostrou desde logo que o desejava. Daí, a construção de um **campus**, num dos locais mais privilegiados de Campinas, onde diversos cursos foram instalados, embora ainda em condições precárias, no início do ano letivo

de 1973. Aos poucos, novas unidades vieram crescer o complexo universitário: Engenharia, Artes e Comunicações, Serviço Social, Arquitetura... E quando a Universidade lançou suas vistas para a área da medicina e da saúde em geral, o **campus** tornou-se insuficiente diante das exigências e necessidades reclamadas pelos novos cursos. Daí, a construção de um segundo **campus**. Conseqüentemente, tornou-se nossa Universidade a única do Brasil (tanto quanto estamos informados) a ter dois **campi** universitários.

Felizmente, nossa Universidade soube evitar o processo de massificação decorrente da reforma universitária de 1970, que permitiu que cidades que talvez nem comportassem grupo escolar quisessem ter universidades. E o pior é que muitas conseguiram... Para que nossa Universidade escapasse a isto, foi necessária a visão esclarecida e a ação decisiva dos Magníficos Reitores que após 1970 dirigiram os destinos da Instituição: Barreto Fonseca, Heitor Regina e agora José Eduardo Pereira Coelho, os quais, juntamente com os vice-reitores que os assessoraram ou ainda assessoram, podem ser responsabilizados por nossa Universidade não ter naufragado no mare-magnum da incerteza, da irresponsabilidade, da falta de consciência universitária e diríamos até da falta de bom senso que por tanto tempo caracterizou nosso País em matéria de ensino universitário. E a registrar também o apoio que sempre foi dado à Universidade campineira pela Igreja, através de seus grão-chanceleres, D. Paulo de Tarso Campos, D. Antônio Maria Alves de Siqueira e atualmente D. Gilberto Pereira Lopes, nosso esclarecido Arcebispo metropolitano. Infelizmente, os problemas não estão de todo superados. Todos os dias os jornais falam em crise nas universidades brasileiras. Ora numa, ora noutra. E a isto não tem escapado nem as universidades estatais, a começar por aquela que, pela sua origem e condições, deveria ser o modelo de todas elas. É doloroso, para quem espera alguma coisa da Universidade, saber que uma faculdade de tão gloriosa tradição, como a de Medicina de São Paulo, manifestou desejo de separar-se da Universidade de São Paulo por não mais acreditar nela...

O que ocorreu com nossa Universidade foi diferente. E para nós, é agradável esta constatação, pois somos dos mais antigos desta Casa. Aqui estamos há mais de trinta anos. Não vimos o nascimento da Universidade, mas quase. Testemunhamos os esforços do saudoso Monsenhor Salim para mantê-la dentro da dignidade que uma Instituição católica precisaria ter. E depois dos dele, os de todos os outros. Enquanto rabiscávamos estas linhas, vinha-nos à mente o desenvolvimento de nossa Universidade nestes trinta e três anos: sua ampliação, através dos dados que há pouco mencionamos; sua conscientização quanto ao valor e ao significado de uma universidade; seu entrosamento com a comunidade campineira, através de serviços da mais variada natureza; a instituição da carreira universitária com a pós-graduação, ainda não tão generalizada como gostaríamos, mas, em todo caso, já assinaladora de melhores perspectivas para a formação do

pessoal docente; o estímulo à pesquisa; a difusão cultural através de variadas manifestações no campo da ciência, das letras e das artes, e especialmente através das suas seis ou sete publicações periódicas — e orgulhamo-nos de ser o responsável pela mais antiga delas — tudo isto, enfim, que nos faz acreditar na semente lançada há trinta e três anos e que felizmente germinou por ter caído em bom terreno. E como se não bastasse, algo que nos parece realmente de alta significação e que o Magnífico Reitor vai permitir mencionemos para encerrar esta fala: sua eleição para a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, inegavelmente a mais alta distinção que um Reitor poderia alcançar no País e a mais alta distinção, igualmente, para a Universidade cujo Reitor fosse assim distinguido. O discurso que Sua Magnificência proferiu no ato de sua posse — e que teve a gentileza de enviar a todos os professores da Casa — revela, acima de tudo, que nosso Reitor sabe deveras o que deva ser uma Universidade. Deo Gratias! E, aos poucos, veremos surgir o verdadeiro espírito universitário. Sim, aos poucos, porque este não se cria por decretos. Vem da tradição, e é esta tradição que nossa Casa está procurando criar e manter, para que, no futuro, todos possam, mais ainda que hoje, dela se orgulhar.

(Alocução proferida na sessão solene comemorativa do 33º aniversário da PUCCAMP, no dia 22 de agosto de 1988, no teatro do Centro de Convivência Cultural).